

REIVINDICAÇÕES DOS PROFESSORES

REITOR APONTA PRIMEIROS ENCAMINHAMENTOS; APROPUC PEDE SOLUÇÕES MAIS EFETIVAS

O reitor Dirceu de Mello informou ao *PUCviva* os primeiros encaminhamentos com relação às reivindicações da APROPUC à nova Reitoria. A associação dos professores enviou um documento com 12 itens que considera importantes para a categoria e para a comunidade. Dentre elas elencou as três primeiras como as mais urgentes (veja quadro nesta página). São estas três reivindicações as respondidas pelo professor Dirceu.

Quanto ao arquivamento da sindicância contra os alunos a professora Maura Vêras encaminhou, no final da semana passada, a sua decisão. Ela será publicada nos próximos dias e a partir desse fato o reitor poderá tomar outras medidas, tanto dialogando com os alunos, como informando ao Consun.

Outra questão que preocupa a APROPUC é a relacionada com os inadimplentes, uma vez que gera um prejuízo enorme aos alunos e pode provocar redução de turmas e contrato docente. O professor Dirceu informou que a Fundação São Paulo mantém o Comitê de Negociação e que a Reitoria está acompanhando o desenrolar de cada discussão. Segundo o reitor as negociações foram satisfatórias, mas na medida em que surjam problemas a Reitoria tentará solucionar

os casos pendentes.

Em relação ao pagamento da dívida com os docentes o professor lembrou que está programada uma reunião entre a Fundação São Paulo e a APROPUC. A presença da Reitoria nesta reunião (solicitação da APROPUC) está sendo encaminhada pelo reitor. Porém, caso ela não se efetive a reitoria deverá receber a associação imediatamente após a reunião.

Porém, para a diretoria da APROPUC, as respostas poderiam apresentar um encaminhamento mais efetivo e que realmente apontassem para a solução das reivindicações trazidas pela entidade.

PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSAD

O Conselho de Administração reuniu-se pela primeira vez na semana passada. Foram apreciados alguns assuntos herdados da gestão Maura Vêras, como o orçamento de 2009, que será encaminhado ao Consun e algumas pendências do novo Regimento Interno.

O Conselho também discutiu a prorrogação de contrato de alguns professores e os resultados da avaliação contínua dos docentes. Foi fixado um novo calendário para as reuniões do Consad, que acontecerão duas vezes por mês.

O QUE PEDE A APROPUC

REIVINDICAÇÕES	RESPOSTA DA REITORIA
1. Arquivamento imediato da sindicância contra os estudantes	Professora Maura entregou o resultado da sindicância que será publicado nesta semana e a partir daí serão tomadas medidas
2. Negociação com estudantes inadimplentes	Reitoria acompanha as negociações dos estudantes e poderá interferir se necessário
3. Pagamento das diferenças salariais	Reitor espera participar da reunião de negociação nesta quarta-feira, mas se isto não for possível agendará novo encontro com a associação após reunião com a Fundasp
4. Calendário da negociação do acordo interno	Reitor propôs reuniões mensais para discutir as reivindicações da entidade.
5. Fim da maximização	Faz parte do programa do reitor e será definido proximamente.
6. Fim das disparidades salariais	Idem ao item 5
7. Melhoria das condições de trabalho	Idem ao item 5
8. Desburocratização das atividades administrativas e acadêmicas	Idem ao item 5
9. Regularização do ingresso e promoção na carreira	Idem ao item 5
10. Garantia dos direitos sociais para professores e dependentes	Reitor está inteirando-se dos possíveis problemas.
11. Reintegração dos demitidos	Reitor ainda não tem decisão sobre o tema.
12. Transparência e comunicação	Reitor propôs reuniões mensais para discutir as reivindicações da entidade.



Acompanhe a última sessão do Tribunal Popular

OPINIÃO

Esperar o pior da crise

Parecia que o ano de 2008 seria extraordinário para a economia: crescimento econômico de 5,5%, contas do tesouro equilibradas, balança comercial ótima, investidores externos contentes, febre do etanol, aço, carro, soja, carne, inúmeros projetos de expansão e o governo Lula podendo propagandear que o pobre está menos pobre, que a justiça social vem sendo feita etc. Havia algum desconforto com as altas remessas de lucro, repatriações e retiradas da Bovespa, sinal de que as contas correntes estavam na contramão da euforia, mas continuava a entrada de um volume de capital externo que compensava. Assim, as projeções altamente positivas alcançavam dois anos para frente: 2009 e 2010 estavam garantidos. O que queria dizer que os capitalistas continuariam lucrando e a taxa de emprego crescendo.

Mas eis que, em setembro, a economia norte-americana se precipitou em queda livre no precipício da crise. Nos dois meses seguintes, a quebra do sistema financeiro ganhou proporção mundial. Rapidinho uma massa de capital - estimada em 27 trilhões de dólares - evaporou. Em seguida, foi apresentada a recessão no Japão, na Europa (zona do euro) e nos EUA.

O mito de que os "emergentes" estariam "descolados" da crise e que serviriam de contrapeso a ela se desfez. China, Índia, Rússia e Brasil se mostraram completamente dependentes das potências. O que não era novidade, se não fosse o mito do descolamento construído pelo Goldman Sachs. Os capitalistas, especialmente os banqueiros, adoram os mitos enquanto exploram e sa-

queiam por toda parte. No entanto, as leis econômicas sempre se encarregam de arrancar as máscaras ideológicas.

O enorme edifício de capital parasitário caiu porque a superprodução se manifestou no que se denomina economia real. A quebra no setor imobiliário dos EUA foi apenas o estopim, expressou o ponto mais alto da superprodução e da especulação financeira. De conjunto, a economia mundial chegava a seu limite - a euforia das exportações/importações, dos altos investimentos nos mercados internos, da gigantesca expansão do crédito fácil, do fantástico endividamento da população, das fusões bilionárias e da renovação tecnológica já não podia mais ser sustentada.

O capitalismo mais uma vez se vê diante da criação de valores acima da possibilidade de convertê-los em maior valor ainda. Recessão rumo à depressão, nas potências; desaceleração rumo à recessão, nos países semicoloniais (mal chamados de emergentes).

O fundamental da quebra capitalista está em que a saída dela vem por meio da barbárie. Trilhões de dólares são destinados a salvar banqueiros e industriais, milhões de empregos serão destruídos, a fome mundial se agigantará e as tendências bélicas se potencializarão. Os planos de governo vêm no sentido de salvar o capitalismo historicamente esgotado. A classe operária terá de superar sua inércia sair em luta e desenvolver seu programa socialista de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Erson Martins de Oliveira
Diretor da APROPUC

APROPUC e Fundação discutem dívidas salariais

Nesta quarta-feira, 17/12, a diretoria da APROPUC reúne-se com a Fundação São Paulo para discutir as dívidas salariais dos professores acumuladas desde dezembro de 2004.

São duas dívidas básicas: uma referente ao acordo salarial de 2004 e outra ao de 2005, que somam em média mais de quatro salários para cada docente (veja descrição no quadro abaixo).

Ao final da gestão Moura Vêras, a APROPUC recebeu uma proposta do então vice-reitor administrativo, professor Flávio Saraiwa, de pagamento em 48 ve-

zes da dívida menor (referente ao acordo de 2004), mas com correção monetária diferente do ICV-Dieese reivindicado pelos professores. A dívida maior, referente a 2005, somente começaria a ser paga quando da quitação da primeira.

Os professores recusaram a proposta e contrapropuseram pagamento em 12 vezes e manutenção do ICV-Dieese.

Agora, com a retomada das reuniões, a APROPUC solicitou ao reitor Dirceu de Mello que a Reitoria também participe efetivamente da negociação.

Dívidas

%

Acordo Salarial de 2005

A partir de maio de 2005, os professores deveriam ver incorporados aos seus salários 7,66%. Somados mês a mês até março/2008 e reajustados pelo ICV-Dieese, esses valores representam

395,48

SOBRE O SALÁRIO BASE
DE MAIO/2005

Acordo Salarial de 2004

Entre março e dezembro de 2004, a PUC-SP deixou de pagar aos professores 5,66%, resultantes do acordo salarial daquele ano, que só começou a ser cumprido em janeiro de 2005. Reajustados até março/2008, esses valores representam

85,42

SOBRE O SALÁRIO BASE
DE DEZ/2004

Total da dívida

Aplicando-se os valores obtidos sobre os salários hoje em vigor, resulta que a PUC-SP deve a um professor doutor, sem os seus quinquênios ou vantagens adicionais aproximadamente

R\$35.109

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

Reportagem: Victor Sousa e Otávio Nagoya

Fotografia: Marcela Rocha e Bruna Campos

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Restaurante Universitário recebe críticas da comunidade

A redação do *PUCviva* recebeu denúncias sobre a má condição da alimentação no Restaurante Universitário, especialmente no bandejão. As reclamações sobre o aspecto da comida e o preço da refeição já eram comuns nos corredores da PUC-SP. Recentemente, dois funcionários relataram casos mais sérios. Um funcionário passou mal após o almoço e ficou impossibilitado de trabalhar por alguns dias; outro trabalhador da casa encontrou um objeto de cor preta, aspecto metálico, duro, com cerca de três centímetros dentro de seu omelete.

O ambulatório da PUC-

SP relatou que os casos de pessoas que procuram os serviços médicos por conta do almoço é esporádico e baixo. O doutor Valtécio Alencar alertou sobre a importância de ir ao ambulatório se houver algum problema com a alimentação. Só assim os casos podem ser documentados e apresentados à Vigilância Sanitária.

Em dezembro de 2005, a PUC-SP rescindiu contrato com a empresa Urso Polar, que mantinha a concessão do Restaurante Universitário. Na ocasião, as acusações foram mais graves e mais assustadoras, em março de 2005, cerca de 50 pessoas tiveram uma intoxicação ali-

mentar. A universidade e o Ministério Público entraram na Justiça contra a empresa e venceram o caso.

Depois, foi criado um comitê de alunos, professores e funcionários que trabalhou intensamente em um novo edital de licitação. O Restaurante Universitário ganhou então a forma atual, com concessões para as lanchonetes. As reclamações recebidas pela redação referem-se exclusivamente ao prato feito.

A Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias informou não ter recebido nenhuma reclamação formal quanto ao almoço servido na universidade.

A questão da qualidade e preço da alimentação está ligada com a permanência de estudantes e trabalhadores de baixa renda na PUC-SP. Hoje, a refeição na PUC-SP custa R\$ 7,50, na USP, o bandejão custa R\$ 1,99.

Outro problema que vem sendo alvo de reclamações da comunidade é a limpeza do ambiente de almoço. As mesas demoram a ser limpas e poucos funcionários exercem muitas tarefas. Essa situação atrai muitas pombas, animais que transmitem doenças graves e são presenças constantes na área de alimentação.

FALA COMUNIDADE

Reflexões para xeroqueiros

Luciano Delgado

O trabalho de reprografia nos estabelecimentos de ensino é de suma importância, na medida em que participa e auxilia na atividade do professor - na reprodução de provas e trabalhos - assim como na atividade do aluno - nas conclusões de trabalhos e nas cópias de apostilas de autoria dos professores. Por demais óbvio que toda função, por mais importante que seja, deve vir acompanhada do respeito à lei e, por consequência, à propriedade alheia. A Lei de Direitos Autorais (9.610/98), objetiva e imperativamente, impede o uso (utilizando o termo genérico) de qualquer obra literária, artística e científica sem que haja a prévia e expressa autorização do seu proprietário (art. 29), encontrando em seu artigo 46 os casos de limitações, uma vez que, como sabido, nenhum direito é absoluto. E o le-

gislador assim o fez, carregando à lei as exceções à regra da autorização prévia e expressa, preconizada na legislação que regula a imaterialidade, assim como com a materialidade. E o citado artigo 46 traz a possibilidade da reprodução de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que sem intuito de lucro. Sem trazer ao texto o entendimento deste autor (restritivo) e sem muitas delongas, não é necessária muita leitura para extrair que, de acordo com a *mens legis*, quem reproduzir um livro, seja de forma integral ou até mesmo de forma parcial, mas que não se possa entender como de pequeno trecho, estará praticando, em tese, um ilícito. Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 5º (leia-se "Dos Direitos e Garantias Fundamentais"), traz o direito exclusivo do autor de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, sendo o texto constitu-

cional auto-explicativo (direito exclusivo). Ademais, de nenhuma relevância, no âmbito de proteção da obra literária, o valor que o adquirente empresta à obra, pois o que se protege é o direito do autor exteriorizado e impresso no livro. Da mesma forma desimportante, tratar-se de obra de autoria de Paulo Coelho ou J.K. Rowling (Harry Potter), visto que a legislação é genérica e não protege somente os best-sellers, mas sim toda a obra literária oriunda do espírito e exteriorizada. E o fato de jamais terem solicitado a reprodução de um livro de Paulo Coelho ou J. K. Rowling é mais pura demonstração de respeito à obra literária e à propriedade dos renomados autores, o que deve ser a regra, e não exemplificar para dar tom de legalidade a atos contrários a lei. Nenhum cidadão aprova a apropriação indevida da sua propriedade, ou aprova? Sendo uma ação ine-

rente ao homem natural. E dentro de um Estado de Direito há regras que norteiam a conduta dos cidadãos e são aplicadas para que não restem dúvidas quanto à legalidade (ou ilegalidade) da conduta, bem como das suas consequências. Para finalizar, convém lembrar que a República Popular da China é o pior exemplo em qualquer discussão a respeito da propriedade intelectual, sendo o mesmo que utilizá-la para exemplificar o respeito aos direitos humanos, embora se devam reconhecer ações do governo chinês no tocante à proteção da propriedade intelectual, diante da sua abertura econômica e pressão da OMC para o cumprimento de tratados internacionais dos quais é signatária (China).

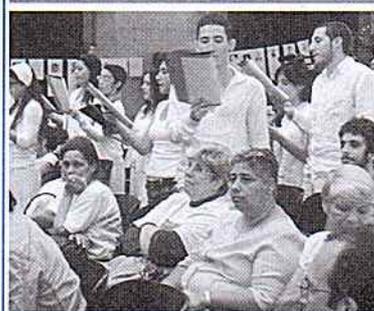
Luciano Delgado é advogado pós-graduando em Direito Processual Civil pela PUC-SP (Cogaec) e militante na árça da Propriedade Intelectual

MOVIMENTOS SOCIAIS

Tribunal Popular condena o Estado brasileiro

Na sábado, dia 6/12, aconteceu a sessão final do "Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no Banco dos Réus". Nas sessões anteriores, foram relatados diversos casos de violência estatal contra a população mais pobre. Entre as denúncias, inúmeros casos de assassinato de jovens negros nas periferias das cidades, o descaso que a população excluída sofre no sistema carcerário, assim como as tentativas de criminalizar os movimentos sociais e as lutas dos trabalhadores. Todos os casos relatados, na maioria das vezes em depoimentos emocionantes de parentes das vítimas, foram arquivados e julgados na sessão final do Tribunal Popular.

A sessão de julgamento foi presidida pela juíza Kenarik Boujikian, da Associação de Juizes para a Democracia, Hamilton Borges, da Associação de Parentes e Amigos de Presos da Bahia e Valdênia Paulino, do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (SP) e contou com a acusação de Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, e defesa do promotor Roberto Tardelli. Após breve retrospectiva das sessões anteriores, o acusador Plínio de Arruda Sampaio iniciou seu discurso afirmando que o Estado deve ser julgado por crime doloso, pois os fatos comprovam que as mortes não são casos isolados, mas sim uma política pública de extermínio da população excedente.



Diversos momentos do Tribunal: no alto professor Arbex faz seu discurso; à esquerda a uma apresentação cultural; à direita o acusador, Plínio de Arruda Sampaio; e abaixo o grande público que acompanhou o Tribunal Popular.

ACUSAÇÃO PEDE PENA

Plínio também lembrou que esse é um processo de criminalização da pobreza, onde o Estado pré-julga como criminoso todos os que passam por dificuldade financeira, além da repressão aos negros, infelizmente, marca histórica da sociedade brasileira. Ele afirmou que, se

fosse requerer uma pena média, pediria uma ampla reforma no aparelho estatal, mas o Estado está corrompido de tal maneira que nenhuma reforma o salvaria. Assim, Plínio de Arruda Sampaio pediu a pena máxima: a destruição do estado burguês e que o poder popular assumira seu lugar. Ele também ressaltou a importância de que as entidades comecem a

participar verdadeiramente da política, como forma de enfraquecer o estado burguês.

Após a acusação, foi o responsável da defesa que teve direito à palavra. Roberto Tardelli iniciou fazendo elogios ao acusador e disse estar em uma posição delicada, tendo que defender o Estado naquela situação. Depois afirmou que o Estado deveria ser julgado por crime doloso, que as mortes são consequências do combate ao crime. Após receber algumas vaías, o promotor ainda pediu uma pena média ao Estado.

Em seguida os jurados declararam suas avaliações sobre os crimes praticados. O júri foi composto por grandes nomes da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, como Paulo Arantes, professor da USP, o compositor Marcelo Yuka, Wagner Santos, sobrevivente da chacina da Candelária, José Guajajara, militante de movimento indígena, a psicanalista Maria Rita Khel, o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ) e o jornalista e professor da PUC-SP, José Arbex Jr., entre outros.

A DECISÃO FINAL DO JÚRI

O discurso do júri foi unânime. Para eles o Estado tem descumprido todas as normas dos Direitos Humanos e deve ser

continua na página seguinte

MOVIMENTOS SOCIAIS

continuação da página anterior

considerado culpado. Essa falta tem sido realizada tanto por ação, como os tiros disparados contra inocentes, como por omissão, a falta de garantias básicas para que a maioria da população possa levar uma vida digna.

O professor José Arbex Jr. lembrou, durante sua fala, sobre a importância de que o Tribunal Popular entrasse em sessão perma-

nente. Assim sempre que um caso de violação dos Direitos Humanos ocorresse, seria imediatamente julgado pelo Tribunal Popular, apontando para o enfraquecimento da cultura da impunidade que cerca os crimes cometidos pelo Estado.

Para finalizar a sessão, os presidentes da mesa fizeram suas considerações finais, seguindo a mesma linha e responsabilizando as forças do Estado pelas vidas perdidas.

Durante o Tribunal Popular, mais um assassinato nos morros do Rio

No dia 5/12, sexta-feira, mais uma vítima do Estado foi somada às estatísticas. O garoto Matheus Rodrigues saiu de sua casa para comprar pão, quando foi atingido no rosto por uma bala disparada pela Polícia Militar. O crime foi cometi-

do na comunidade de Baixa do Sapateiro, Complexo da Maré. Os moradores da comunidade protestaram em frente ao Posto Policial Comunitário da Baixa do Sapateiro. Indignados, eles carregavam faixas e cartazes, exigindo justiça.

Polícia Militar usa força na desocupação da Unisantos

No dia 27/11, os estudantes da Universidade Católica de Santos ocuparam a sede da mantenedora, a Sociedade Visconde de São Leopoldo. A ação foi um protesto contra o grande aumento das mensalidades, além de seguidos cortes de verbas e demissões de professores e funcionários.

Nas duas semanas que se seguiram, os estudantes sofreram com o corte do abastecimento de água e a tentativa de fechamento do único banheiro da ocupação.

Na manhã da quinta-feira, 11/12, a Tropa de Choque da PM chegou ao local para retirar os estudantes. Os policiais portavam cassetetes, armas com bala de borracha, spray de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo. Os estudantes que resistiram à desocupação foram agredidos e arrastados para fora da propriedade da mantenedora. A polícia levou 25 estudantes para o 7º Distrito Policial.

"A Reitoria e a Igreja Católica representam a

mais genuína hipocrisia. O discurso que se prega nas missas, definitivamente não é seguido pela cúpula diocesana, que abusou do seu poder institucional e econômico, ordenando que a polícia agredisse os estudantes a poucos dias do Natal, data máxima do cristianismo", afirmam os estudantes em documento divulgado após o ocorrido. Eles também reiteraram sua dificuldade em negociar com a reitoria. No encontro do dia anterior à desocupação, não foi dada nenhuma resposta aos estudantes. Suas reivindicações foram ignoradas, pois já sabia-se que a Tropa de Choque estava a caminho.

Os recentes confrontos entre estudantes e a polícia tem preocupado o movimento estudantil. Somente nos dois últimos anos, seis universidades foram invadidas pelas forças policiais. Entre essas invasões estão o incidente ocorrido na PUC-SP em setembro de 2007, além das invasões na Faculdade Santo André, Unifesp e Unesp.

Demissão de funcionário na USP evidencia perseguição

Na terça-feira, 9/12, o funcionário Claudionor Brandão foi demitido pela reitoria da USP, que alegou justa causa. Brandão é dirigente sindical do Sintusp e representante eleito dos funcionários no Conselho Universitário. Ele foi acusado de faltas graves, por ter participado de piquetes e das paralisações de 2005 e 2006. Durante todo o período de participação, Claudionor Brandão agiu em defesa da educação pública e de qualidade, sempre seguindo as reivindicações definidas pelas assembleias da categoria.

Este ataque é a continuação da política de perseguição adotada pela reitoria Sueli Vilela após a vitoriosa movimentação em 2007, quando a greve e a ocupação da Reitoria barraram os decretos do governo do Estado que afetavam gravemente a qualidade de ensino da universidade. Neste ano, porém, as mesmas resoluções que apareciam nos decretos estão sendo aprovadas de maneira silenciosa, en-

quanto o movimento da universidade é obrigado a lutar contra a repressão.

Em 4/11 foi realizado um ato público contra a repressão aos trabalhadores e estudantes da USP, com a presença do sociólogo Chico de Oliveira, o professor da USP Chico Miraglia, o deputado estadual Carlos Gianazzi (PSOL-SP), Dirceu Travesso, do PSTU e dirigente da Conlutas, além de outros nomes.

Todos que queiram apoiar a luta pela readmissão de Claudionor Brandão podem endossar o abaixo-assinado através dos e-mails sintusp@terra.com.br e contra demissao do brandao@yahoo.com.br.

Os trabalhadores e estudantes da USP marcaram um ato pela readmissão de Brandão nessa terça-feira, 16/12. A concentração está marcada para as 6h e o ato terá início às 8h em frente à Reitoria da USP. Após a manifestação, os funcionários organizarão uma paralisação durante o resto do dia

ROLA NA RAMPA

Festa de final de ano da AFAPUC

No dia 23/12, às 12h, na quadra da Monte Alegre, acontece a tradicional festa de fim de ano dos funcionários administrativos da PUC-SP. Os associados da AFAPUC poderão confraternizar ao som de chorinho, forró e samba, além de churrasquinho, bebidas e clima de descontração. Os

convites já estão sendo distribuídos na sede da entidade. Associados e acompanhantes menores de 12 anos têm direito a entrada franqueada. Dependentes maiores de 12 anos pagam R\$ 40 e não associados R\$ 80. Os ingressos podem ser retirados até as 11h do dia 23/12.

Lutas Sociais no ar

Todas as edições da Revista *Lutas Sociais* estão disponíveis no endereço eletrônico www.pucsp.br/neils/revista/revista.html. A revista é produzida pelo Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) e sua primeira edição foi lançada em 1996.

Época que a consolidação da globalização e supremacia do mercado eram o pensamento dominante. A revista *Lutas Sociais* sempre se posicionou contrária a essa barbárie sistêmica, que agora se depara com uma crise global. Confira.

Nu-Sol não pára nas férias

O Nu-Sol também anunciou as datas de suas atividades para 2009. Os programas na TV PUC continuarão indo ao ar todas as quintas-feiras, 20h; sextas e domingos, às 13h, e terças às 7h30. Em dezembro e janeiro, vai ao ar a série *Insurgentes*, seguida por duas séries de *Agora, agora* de fevereiro a julho. A aula-teatro *Estamos todos presos* também terá espaço no Tucarena, dias 16 e 17 de fevereiro, às 19h30.

Serviços da APROPUC continuam nas férias

O plantão jurídico da APROPUC funcionará normalmente neste final de ano e início de 2009, toda segunda-feira, às 16h15, com agendamento prévio pelo telefone 3872-2685. O atendimento da secretaria também funcionará normalmente durante o mês de janeiro.

Clínica Poppovic fechará em janeiro

A Clínica de Psicologia Ana Maria Poppovic informa toda a comunidade que os seus serviços estarão suspensos

entre os dias 5/1 e 18/1, devido às férias administrativas. O retorno das atividades acontece no dia 19/1.

Missa de final de ano em Sorocaba

No dia 19/12, às 10h, será celebrada a missa de final de ano na Biblioteca do Centro de Ciências Médicas e Bioló-

gicas (câmpus Sorocaba). A missa será conduzida pelo arcebispo de Sorocaba, Dom Eduardo Benes.

Professora recebe prêmio em Direitos Humanos

A professora Silvia Pimentel foi premiada na categoria *Igualdade de Gênero*, no 14º Prêmio de Direitos Humanos 2008, promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A entrega da premiação foi realizada no dia 15/12, em Brasília, durante a Conferência Nacional

de Direitos Humanos. Os trabalhos foram julgados por uma Comissão de Julgamento presidida pelo ministro Paulo Vannuchi. A professora de Filosofia em Direito da PUC-SP é vice-presidente do Comitê Cedaw, da ONU, que defende a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.

Primeiro Consun de Dirceu de Mello

Nesta quarta-feira, 17/11, às 9h, na sala P-65, acontece o primeiro Consun presidido pelo novo reitor da PUC-SP. Nessa sessão, Dirceu de Mello e sua nova equipe de pró-reitores discutirão e deliberarão com os conselheiros, que continuam com a mesma composição, o Regimento Interno da Universidade.

Último PUCviva do ano

Esta é a última edição do *PUCviva* em 2008 voltaremos com nova edição em fevereiro, porém nossa cobertura continuará através da versão on-line do *PUCviva*, no endereço www.apropucsp.org.br. Nesta semana acompanharemos o último Consun do ano e a reunião da APROPUC com a Fundasp.

PROFESSOR(A)

FILIE-SE À APROPUC

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

VENHA À SEDE DA APROPUC:
RUA BARTIRA, 407
OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO
WWW.APROPUCSP.ORG.BR